



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 15050001/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 010/2024

ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

ASSUNTO: PARECER DE CONTRATOS

OBJETO: :: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA, JUNTO À SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO,

Preliminarmente, a **CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA**, por meio do servidor nomeado a exercer o Cargo de Coordenador do Controle Interno o Sr. Josselino Gomes Corrêa (**Portaria n° 580/2021**), ao adotar rotinas de trabalho inerente a todo e qualquer Controle Interno, promove a fiscalização dos atos da administração, fundamentando-se nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, alertando desde já que ao detectar possíveis irregularidades insanáveis em procedimentos licitatórios ou na execução orçamentária e financeira efetivamente realizada, por imposições constitucionais, encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará aos Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

Partindo dessa premissa, passa a manifestar-se.

O presente Parecer Orientativo e tão somente sobre quais rotinas devem ser adotadas dentro da administração municipal, acerca dos contratos deste processo licitatório, no decorrer das gestões contratuais. As licitações que foram realizadas através das ATAS DE REGISTRO DE PREÇO:



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
CONTROLE INTERNO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 044/2024, Resolve registrar preço da empresa L COSTA & G RAMOS LTDA , CNPJ/MF 33.724.724/0001-37, no valor total de R\$ R\$ 1.314.905,48 (hum milhão, trezentos e catorze mil, novecentos e cinco reais e quare ta e oito centavos).

já finalizados, analisados e publicados e aptos para emissão de contrato devem seguir o seguinte passo a passo:

1° documento: Solicitação de contrato (Ofício assinado pelo Secretário) contendo:

a) Objeto do contrato, que não deve destoar do processo inicial.

b) Justificativa para esse contrato (porque cada contrato da mesma ata poderá tem uma justificativa diferente). Justificativa poderá ser simples, porém deverá ser objetiva.

c) Indicação do fiscal de contrato: Nome completo do Fiscal de contrato, matrícula do funcionário e o mesmo deverá estar ciente que será fiscal e ter expertise para tal serviço (a expertise deve ser condizente com o objeto que irá fiscalizar). Exemplo: para medicamento o indicado é farmacêutico ou outro profissional da saúde; em caso de obras poderá ser engenheiro, arquiteto ou outro profissional da área.

d) Número do processo administrativo, processo licitatório, e Ata de Registro de Preço.

e) Quantidade e itens que deverão conter no contrato, lembrando que não é correto fazer contrato com saldo total da ata em um único contrato, pois a ata de registro de preço tem validade de 01 ano e durante esta vigência ela poderá gerar vários contratos até o termino do saldo.

f) Vigência do contrato.

g) Conter apenas itens que estão contemplados no DFD da sua secretaria.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
CONTROLE INTERNO

Obs geral. Todos os documentos devem estar assinados de forma digital ou manuscrito e os processos deste novo contrato devem ser organizados na ordem cronológica das datas e da organização processual.

Salvo o melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Administrativo nº 02050001/2024 do Pregão Eletrônico nº 010/2024/SRP, supramencionados encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas, desde que tramite o processo de realização de contrato revestido de todas as formalidades legais conforme orientação e ainda que seja gerado contratos dentro do planejamento adequado.

Seguem modelos de documentos em anexo, por sugestão deste controle interno.

SÃO JOÃO DE PIRABAS (PA), 18 de novembro de 2024.

JOSSELINO GOMES CORRÊA

Coordenador do Controle Interno
Portaria nº 580/2021